

TEXTO DAS PERGUNTAS DOS DEPUTADOS DO PCP DIRIGIDAS AO MINISTRO DO AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E À MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

- ▶ Tendo em conta que a Galp distribuiu há dois meses atrás 577 milhões de euros aos seus acionistas, continuando um processo de anos sucessivos de brutal acumulação de lucros e de descapitalização da empresa;
- ▶ Tendo em conta que o grupo Galp, ao longo dos anos, recorreu cada vez mais à subcontratação e aos prestadores de serviços para ocupar postos trabalhos permanentes, diminuindo os trabalhadores efetivos e aumentando a taxa de exploração;
- ▶ Tendo em conta que fruto dessa política, o recurso ao trabalho extraordinário, nomeadamente para os trabalhadores em regime de turnos, passou a ser a regra em vez da exceção, criando uma sobrecarga de trabalho muitas vezes ilegal mas sempre penosa, e aumentando gravemente os riscos para a própria segurança das instalações industriais e para a saúde dos trabalhadores;
- ▶ Tendo em conta que o Estado português é o segundo maior acionista da empresa, e que esta é uma empresa estratégica para o país, e não esquecendo que o Estado português entregou à empresa avultados apoios ao investimento em troca da promessa de criação de postos de trabalho;
- ▶ Tendo em conta que a Petrogal suspendeu todos os concursos de admissão em curso, o que só por si irá promover mais uma redução de quadros permanentes face às saídas inevitáveis por razões físicas;
- ▶ Tendo em conta que a empresa está agora envolvida num plano de reestruturação que aponta para a saída «voluntária» de pelo menos 200 trabalhadores – um plano a que cinicamente chamou «Social»; ➔



Duarte Alves, deputado do PCP à Assembleia da República, com representantes dos trabalhadores da empresa.

▶ Tendo em conta que a empresa ameaça estes mais de 200 trabalhadores com o despedimento coletivo se não aceitarem a voluntária saída da empresa, exigindo-lhes respostas num curto prazo de tempo, num processo de chantagem patronal inaceitável;

▶ Tendo em conta o despoletar de um processo de despedimento coletivo contra seis trabalhadores da Petrogal, que se destina a aumentar a pressão chantagista sobre todos os restantes, ao

mesmo tempo que ataca os direitos mais elementares destes seis trabalhadores;

▶ Tendo em conta que para além de despedimentos, estão em curso a aplicação de alterações nas funções dos trabalhadores com impactos negativos nas suas condições de remuneração;

▶ Tendo em conta que a crise gerada pela pandemia COVID-19 é aqui apenas uma nova desculpa para um processo com anos:

Pergunta dirigida ao Ministro do Ambiente e Transição Energética:

A Galp é um dos parceiros privilegiados do Estado em vários projetos ligados à transição energética, suportados em argumentos de responsabilidade social.

Considera o Governo a atitude da empresa aqui exposta, como responsável e socialmente sustentável?

Perguntas dirigidas à Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social:

Como pode recorrer ao despedimento coletivo uma empresa que distribui 574 milhões de euros de dividendos aos acionistas e tem largas centenas de trabalhadores subcontratados? Que medidas vai adotar para travar este comportamento da empresa?

O processo de chantagem em curso não pode ser ignorado. O Estado português detém os instrumentos necessários para travar este comportamento patronal. É preciso apenas ter vontade de o fazer.

Que medidas vai adotar o Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social?



JUNTA-TE A NÓS! LUTA E RESISTE COM O 

Ficha para contacto:

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados, os quais nos permitirão contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:

DORL/PCP – Avenida da LIBERDADE, 170 1250-146 LISBOA www.pcp.pt

scae@dorl.pcp.pt • www.lisboa.pcp.pt • www.facebook.com/pcpdistribuidelisboa

